



## LUZ, CÂMERA E A AUSÊNCIA DE AÇÃO NA DESASTROSA TRAJETÓRIA DOS ACERVOS DA EMBRAFILME E DA FUNDAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO (1969-1990)

Márcia Cláudia Vasconcellos Macello Figueiredo<sup>1</sup>

Apresentar este trabalho trouxe-me possibilidades de remexer arquivos pessoais, de narrar parte de uma memória institucional, da qual fiz parte. Compartilhar memórias coletivas, profissionais, de experiências vivenciadas no campo da Arquivologia e, em especial na labuta com a documentação sobre as produções artísticas do cinema brasileiro. Refiro-me as produções fomentadas pelo governo federal, principalmente, as que fizeram parte da EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes (1969-90) e da meteórica, porém, significativa FCB - Fundação do Cinema Brasileiro (1988-90).

A memória que aqui narro é pessoal e intransferível. A proposta é demonstrar como a extinção das instituições federais de cultura, promovida pela Reforma do governo Collor (1990) foi desastrosa, irresponsável, descompromissada com os acervos acumulados durante a existência dessas duas instituições quando os transferiu para o recém IBAC-Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (1990-94), sem uma política pública de arquivo, mensuradora a sua organização, conservação, oferecendo acesso mínimo ao referido patrimônio documental.

O maior problema encontrado para essa apresentação localizou-se na ausência de uma bibliografia sobre o assunto; fator ainda mais preponderante para o desenvolvimento deste relato. O assunto aqui abordado está especificamente delimitado ao ocorrido com a documentação relativa à produção cinematográfica brasileira de 1969 até 1990.

Para melhor contextualizar o texto abordarei sumariamente as trajetórias do INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo (1936-1966) e do INC - Instituto Nacional do Cinema (1966-75), órgão gestor do cinema nacional e mais profundamente EMBRAFILME S/A e da FCB e a Reforma da Cultura do governo Collor. Lúcia Lippi assim descreveu o acontecido no governo Collor.

Em 1990, as instituições federais de cultura foram desmontadas como resultado da política de redução do papel do Estado do governo Collor, e remontadas em seguida, mas isso não resolveu seus maiores impasses. O século XXI encontrou as instituições de cultura quase em compasso de espera. Como tudo o que ocorreu é muito recente, ainda se faz necessário um trabalho de pesquisa mais detido para que se possa montar um quadro abrangente da década de 1990. (LIPPI, 2008)



O INCE originou-se na segunda fase do governo Vargas<sup>1</sup> e ao longo de sua existência registrou uma produção de mais de 400 filmes, entre curtas e médias, sendo Humberto Mauro o seu mais notável realizador<sup>2</sup>. A maior parte dessa produção destinava-se ao ensino, ao trabalho escolar. O INCE utilizava-se dos filmes para a prática educacional tornando-se o primeiro órgão estatal brasileiro com finalidade didática. Sua filmoteca possuía, já no ano de 1936, uns 115 títulos, entre americanos, ingleses, italianos e alemães, um arquivo equivalente a 30 documentários; 440 volumes de livros e assinatura de 30 revistas especializadas. Em 1944 somaria 1950 obras, 2460 volumes de livros e 226 revistas. Existe informação que em 1943 haveria 232 instituições cadastradas em todo o país, sendo 131 no Rio de Janeiro e 101 nos demais estados.

O arquivo Capanema indica que o INCE em 1941 armazenava 528 filmes entre editados, adaptados e adquiridos. Tendo o Instituto produzido 257 filmes, sendo 216 em película 16 mm (CARVALHAL, 2009). O quadro acima apresentado nos dá uma idéia sobre a produção do INCE até 1966 totalizou 407 filmes (SOUZA, 1990). O INCE mesmo mantendo em sua estrutura administrativa um arquivo, este inexistiu<sup>3</sup>.

Em 1966 o INCE incorporou-se ao INC tendo por objetivo formular e executar a política governamental de produção, importação, distribuição exibição e desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira. O novo Instituto era uma autarquia federal, com autonomia técnica, administrativa e financeira, subordinado ao MEC<sup>ii</sup>. Caber-lhe-ia através do Departamento de Filmes Educativos – DFE continuar com as atribuições do acabado INCE. Em 1972 os bens culturais do INCE e do INC totalizavam, 363 diafilmes e 274 filmes<sup>4</sup>. O INC, mesmo obtendo os direitos sobre os acervos do INCE<sup>iii</sup>, ao dispor sobre o seu patrimônio e regimento financeiro, não previu um lugar para os seus arquivos.

---

<sup>1</sup> Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954). Foi advogado, político e líder da revolução de 1930. O governo Vargas é reconhecido por 03 fases: de 1930-34 como chefe do governo provisório; de 1934-37 como presidente da república do governo constitucional, sendo eleito pela Assembléia Nacional Constituinte de 1934; e de 1937-45, como presidente ditador, durante o Estado Novo. Retornou por voto direto governando o Brasil por três anos e meio, de 31/01/1951 a 24/08/1954, quando se suicidou.

<sup>2</sup> Para saber sobre as realizações do cineasta Humberto Mauro, consultar os catálogos do INCE e, também, o catálogo da Mostras 100 anos de Humberto Mauro. Ambos estão disponíveis na Biblioteca do CEDOC-FUNARTE. Rua São José, 50, 2and.

<sup>3</sup> Regimento Interno do INCE pelo Decreto No. 20.301 de 02/01/1946. O artigo 15 trata da sua competência, incluindo os serviços de arquivo e almoxarifado.

<sup>4</sup> CATÁLOGO DIAFILMES, 1972. Do total desses 363 diafilmes, 276 pertenciam ao INC e 87 eram procedentes do INCE. Dessa soma, 17 diafilmes foram produzidos pela UNESCO, sendo traduzidos pelo Instituto e um era de origem Argentina. Diafilmes do INCE=69. Dialfimes traduzidos pelo INCE=17. Diafilme de origem Argentina (1). Diafilmes do INC=276.

Em 1969 o governo militar renovou a política pública cultural para o cinema criando a EMBRAFILME S/A<sup>iv</sup>, órgão do governo de personalidade jurídica, de direito privado, vinculada ao MEC. O capital inicial da EMBRAFILME foi de seis milhões de cruzeiros novos (NCr\$6.000.000,00). A partir da criação da EMBRAFILME, o INC foi esvaziado em parte de suas funções<sup>v</sup>, a exemplo dos recursos do imposto sobre a remessa de lucros e da carteira de financiamento de filmes brasileiros<sup>vi</sup>. O artigo 45 da referida Lei destinava parte desse imposto à carteira de produções associadas do INC. Na década de setenta quantificava o catálogo da EMBRAFILME 531 títulos, para guarda e distribuição, procedentes do INCE (99); INC (138); EMBRAFILME (42) e produtores outros (252)<sup>5</sup>. A EMBRAFILME, mesmo herdando um patrimônio documental imensurável, não descreveu entre as suas atividades as tarefas de documentação, conservação e preservação.

A reforma do Estatuto Social da EMBRAFILME manteve as características anteriores com relação ao tratamento a sua documentação; acrescentando no capítulo VIII que a sociedade em regime de liquidação reverteria todo seu acervo ao patrimônio da União<sup>vii</sup>. O referido item tornou a documentação institucional um bem cultural, uma riqueza patrimonial.

A EMBRAFILME de 1979 até 1986 gerou um novo catálogo quantitativo as suas cópias que se somando curtas, médias e longas metragens resultaram em 471 filmes. Desse total, 24 películas pertenciam ao INCE, 35 ao INC, 76 a EMBRAFILME e 336 eram de produtores outros<sup>6</sup>. Esse catálogo explicitamente demonstrou as perdas sofridas dos bens culturais do INCE e INC e Carlos Augusto Calil, quando presidiu a EMBRAFILME observou os desvios e as perdas dos acervos<sup>7</sup>. A possibilidade de uma gradual redução dos acervos

---

<sup>5</sup> PRODUÇÕES INCE = 99. PRODUÇÕES INC= 138 títulos. PRODUÇÕES EMBRAFILME = 42. PRODUTORES OUTROS = 252. Certamente o catálogo é da década de setenta porque foi confeccionado na gestão do cineasta Roberto Farias quem dirigiu a EMBRAFILME de 1974 a 1978.

<sup>6</sup> FILMOTECA CATÁLOGO, sem data. Provavelmente o catálogo foi produzido entre 1980-85. As cópias dos filmes encontram-se subdivididas em: Curtas = 259. INCE: 24 / INC: 34 / EMBRAFILME: 20 / Produtores Outros: 181. Médias = 55. INCE: 0 / INC: 0 / EMBRAFILME: 13 / Produtores Outros: 42. Longas = 157. INCE: 0/ INC: 01 (Panorama do Cinema Brasileiro, 1968. Jurandir Passos) / EMBRAFILME: 43 / Produtores Outros: 113.

<sup>7</sup>O destaque dos catálogos apresentados é a diminuição dos acervos constituídos pelo INCE que em 1936 possuía em sua filmoteca 115 títulos aumentando para 528 em 1941 e quando da sua extinção, em 1966 já estaria reduzido a 407 cópias. O INCE no catálogo de 1972, após ser finalizado, teve seu acervo reduzido a 87 cópias e o novato INC contabilizaria 276 títulos. Entre 1974-78 as produções do INCE elevaram-se para 99 cópias, enquanto o INC decaía para 138; a EMBRAFILME alcançaria a média de 42 produções e os produtores outros somariam 252. Já nos anos de 1979-86 contabilizaria o INCE apenas 24 títulos, o INC somaria 35, a produção da EMBRAFILME aumentou para 76 e as cópias originárias dos produtores outros chegariam ao patamar de 336.



sensibilizou o dirigente que percebendo o risco de destruição total da documentação, instituiu - pela primeira vez - uma política pública de arquivo para o órgão.

O sistema de arquivos da EMBRAFILME teve início em 1985, através da sua Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) para integrar, via seu Núcleo de Arquivo (NUARQ), todas as unidades da instituição, ou seja, os arquivos correntes, intermediários e o permanente. Para alcançar o objetivo de sistematizar seus arquivos, os arquivistas passaram a atuar em pontos estratégicos da instituição perpassando da área corrente, intermediária e permanente. Finalmente a documentação cinematográfica, matrizes e cópias começavam a “circular” pelas mãos dos técnicos.

A criação do Ministério da Cultura em 1985 originou o planejamento de instituições culturais vinculadas ao Minc. A FCB instituiu-se somente com a cisão da EMBRAFILME<sup>viii</sup>. Cabe ressaltar que a cisão da EMBRAFILME originou a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) e a EMBRAFILME Distribuidora de Filmes S/A.

Nesse período a FCB padronizou os seus relatórios, com 6.000 mil títulos, distribuindo 15.000 mil cópias atendendo em torno de 8.000 solicitações anuais. Criou as Normas Para Formação de Processos da FCB e o seu Manual do Arquivo Fotográfico. Dentre as mais importantes contribuições do NUARQ estava a criação do Código de Classificação foi desmembrado em nove grandes classes principais e com um índice alfabético com todos os assuntos que permeavam a área de atuação da FCB.

A FCB estava no auge de suas atividades, quando o “país virou do avesso”. O presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) impactou o Brasil com lançamento de plano econômico, demissão de funcionários públicos, extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal<sup>ix</sup>. A Reforma da Cultura<sup>x</sup>, dispendo sobre a extinção, desestruturou as conquistas feitas pela Cultura e dentre os males desencadeados podemos afirmar que ausência de critérios e métodos arquivísticos, para transferir e juntar os acervos da FCB, FUNDACEN e FUNARTE a nova estrutura do recém criado Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC (1990-1994) causou um desastre imensurável na trajetória da documentação dessas instituições. Segundo Sebastião Uchoa Leite:

Collor desencadeou uma verdadeira fúria contra as instituições culturais federais do país e o empenho de organização e modernização dos arquivos na Fundação do Cinema Brasileiro foi extinto junto com a mesma, interrompendo um trabalho pioneiro que teria sido capaz de gerar metodologia a serem absorvidas pelas demais entidades (REVISTA DE ARTE E CULTURA PIRACEMA, 1993).

Quando a FCB foi extinta, os arquivistas não demitidos foram responsáveis, não somente pela embalagem da documentação, por acompanhar o seu transporte e recebê-la. A



transportadora e os funcionários por ela contratados desconheciam por completo quaisquer procedimentos arquivísticos para transferência de acervos. Foi muito triste e desolador acompanhar o “encaixotamento” da documentação. Apesar da união física dos acervos, optou-se por manter a identidade de cada fundo, caso fosse necessário identificá-los ou até mesmo separá-los novamente. Era o medo constante das trocas governamentais, que mesmo depois de muitos anos não foi dissipado. Cabe ressaltar que as bibliotecas catalogavam seus livros de forma diferente: a FCB por ordem sequencial numérica, a FUNDACEN pelo sistema Decimal de Dewey (CDD) e a FUNARTE pela classificação Decimal Universal (CDU). Ainda nos anos de 1990 as bibliotecas fundiram seus acervo e adotou-se o CDD para catalogá-las. Em 1994, através de Medida Provisória, o IBAC passou novamente a chamar-se FUNARTE. Sobre a extinção da EMBRAFILME Tunico Amâncio afirma que:

“de 1990 a 2000 a EMBRAFILME foi de fato extinta, não só dos registros sistêmicos de documentação, já que seus arquivos foram dispersados e desfalcados, a ponto de hoje dificilmente serem localizados, mas principalmente retirados da memória popular”. (AMANCIO, Tunico, 2000)

A professora Helen Miranda sobre o governo Collor divide a FUNARTE em A.C. (antes de Collor) e D.C. (depois de Collor). Hoje, em 2015, a FUNARTE tenta incessantemente conhecer, preservar e disseminar seu acervo. Com mais de um milhão de itens, o Centro de Documentação e Informação da FUNARTE (CEDOC) é, sem dúvida, um dos maiores patrimônios documentais sobre a arte e a cultura brasileira.

#### REFERÊNCIAS

- AMANCIO, Tunico. **Artes e manhas da Embrafilme**: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981). 2. ed. Niterói: EDUFF, 2000.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 43, de 18 de novembro de 1966. Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45, da Lei nº 4.131, de 3-9-62, prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0043.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0043.html)>. Acesso em: 25 jun.2013.
- BRASIL. Decreto-Lei 603, de 30 de maio de 1969. Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94066&norma=118956>>. Acesso em: 25 jun.2013.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 862, de 12 de setembro de 1969. Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRASILFILME), e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94455&norma=119280>>. Acesso em: 25 jun.2013.
- BRASIL. Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975. Extingue o Instituto Nacional do Cinema (INC), amplia as atribuições da Empresa Brasileira de Filmes S.A. - EMBRAFILME - e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=99255&norma=123145>>. Acesso em: 25 jun.2013.
- RASIL. LEI Nº 7.624, DE 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações, e dá outras providências. Disponível em:

- <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7624&tipo\\_norma=LEI&data=19871105&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7624&tipo_norma=LEI&data=19871105&link=s)>. Acesso em: 25 jun.2013.
- BRASIL. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111267&norma=133900>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 575, de 23 de junho de 1992. Dispõe sobre a transferência de bens, haveres e contencioso judicial da EMBRAFILME - Distribuidora de Filmes S.A., em liquidação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=114130&norma=136544>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- BRASIL. Medida Provisória nº 752, de 06 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=118178&norma=140331>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- CARVALHAL, Fernanda Caraline de A. **Instituto Nacional do Cinema Educativo: da história escrita a história contada: um novo olhar**. Disponível em: < <http://www.mnemocine.com.br/index.php/cinema-categoria/25-historia-no-cinema-historia-do-cinema/113-institutonaccine>>. Acesso em: 29 jun. 2013.
- CLARET, Martin, BRUNO, J. C (Ed.). **O fenômeno Collor**. São Paulo: Martin Claret, 1989. 150 p.
- FUNDAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO. **Código de classificação de assuntos da FCB**. Rio de Janeiro, [1988?]. (Série arquivos).
- FUNDAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO. **Normas para formação de processos da FCB**. Rio de Janeiro, [1988?]. (Série arquivos).
- FUNDAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO. **Relatório institucional**. Rio de Janeiro, 1989.
- GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, 2004. Disponível em: <<http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/Dissertacoes/acienciavaiao cinema.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA. **Catálogo de filmes INC**. Rio de Janeiro: Departamento do Filme Educativo, MEC-Instituto Nacional do Cinema, 1972.
- LEITE, Sebastião Uchoa. **Governo Collor: Os dez anos que assolaram a cultura**. Piracema, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 127, 1993.
- LIPPI, Lúcia Oliveira. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 192 p.
- MENDES, Helen Miranda. **O palco de Collor: A precarização da política cultural no governo Fernando Collor**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015, 239 p
- SALLES, Angela; LOBO, Lucia Lammeyer; SOMMER, Vera. **Manual arquivos fotográficos FCB**. Fundação do Cinema Brasileiro: Rio de Janeiro, [1988?]. (Série documentos, 5)
- SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004
- SOUZA, Carlos Roberto de. **Catálogo de filmes produzidos pelo INCE**. Rio de Janeiro: Fundação do Cinema Brasileiro, 1990. (Série Documentos, 4)

<sup>i</sup> Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense / Instituição FUNARTE

<sup>ii</sup> Decreto Lei nº 603 de 1969

<sup>iii</sup> decreto lei nº 43, de 1966, capítulo III, artigo 9º.

<sup>iv</sup> Artigo 2º, do Decreto Lei nº 862, de 1969,

<sup>v</sup> Na verdade o INC recebeu um acréscimo as suas funções porque até então o referido Instituto, em consonância com o Decreto Lei nº 62.005, de 1967

<sup>vi</sup> Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962

<sup>vii</sup> Decreto nº 81.628, de 05 de maio de 1978.

<sup>viii</sup> Decreto nº 95.673, de 27 de janeiro de 1988.

<sup>ix</sup> .Medida Provisória nº 151 extinguiu a Fundação do Cinema Brasileiro em 15 de março de 1990.

<sup>x</sup> Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990